

MANUAL DE DIREITO

PROCESSUAL

**Alexandre
Freitas
Câmara**

CIVIL



atlas

- O Autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente **que** os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 29.11.2021.
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editora Atlas Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Capa: Bruno Sales Zorzetto

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

C172m

Câmara, Alexandre Freitas

Manual de direito processual civil / Alexandre Freitas Câmara. – 1. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022.

1008 p.; 24 cm.

ISBN 978-65-597-7175-2

1. Direito processual civil – Brasil. Título.

21-74712

CDU: 347.91.95(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

PARTE 1 TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CAPÍTULO 1

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: CONCEITO E EVOLUÇÃO CIENTÍFICA.....	3
1.1. Conceito de Direito Processual Civil.....	3
1.2. Evolução científica	5
1.2.1. A fase procedimentalista.....	5
1.2.2. A fase científica	6
1.2.3. A fase instrumentalista.....	7
1.2.4. A fase democrático-constitucional.....	8

CAPÍTULO 2

“FONTES”, INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	11
2.1. “Fontes” do Direito e “fontes” do Direito Processual Civil.....	11
2.1.1. Padrões decisórios	19
2.2. Interpretação e aplicação no Direito Processual Civil	37
2.3. Aplicação da lei processual civil no tempo	39
2.4. Aplicação da lei processual civil no espaço.....	41

CAPÍTULO 3

MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO CIVIL. AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	43
3.1. A constitucionalização do processo civil. A compreensão do processo civil a partir de princípios constitucionais.....	43

3.2. Princípio do devido processo constitucional.....	46
3.3. Princípio da igualdade.....	48
3.4. Princípio do juízo “natural” (constitucional)	49
3.5. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	52
3.6. Princípio do contraditório	54
3.6.1. Princípio da cooperação (comparticipação)	57
3.6.2. Princípio da boa-fé	58
3.7. Princípio da fundamentação das decisões judiciais	60
3.8. Princípio da duração razoável do processo	64
3.9. Princípio da eficiência	66
3.10. Princípio da legalidade	67
3.11. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	69

CAPÍTULO 4

INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	71
4.1. A “trilogia estrutural” do direito processual civil	71
4.2. Processo	72
4.2.1. Teorias sobre o processo	72
4.2.1.1. Modelo adversarial de processo.....	76
4.2.1.2. Modelo inquisitivo de processo	77
4.2.1.3. Modelo participativo de processo.....	78
4.2.2. Conceito e natureza jurídica.....	79
4.2.3. Sujeitos do processo.....	79
4.2.3.1. O Estado-juiz. Poderes, deveres e imparcialidade do juiz... ..	80
4.2.3.2. Auxiliares da justiça.....	88
4.2.3.3. As partes.....	95
4.2.3.3.1. Deveres dos sujeitos do processo.....	97
4.2.3.3.2. Responsabilidade das partes por dano processual.....	99
4.2.3.3.3. As partes e o custo do processo	101
4.2.3.3.4. A gratuidade de justiça.....	112
4.2.3.3.5. Sucessão das partes e dos procuradores.....	115
4.2.3.4. O advogado (privado e público).....	116
4.2.3.5. Ministério Público	119
4.2.3.6. Defensoria Pública.....	121

4.2.4. Classificação do processo.....	122
4.2.5. Objeto do processo.....	123
4.2.6. Pressupostos processuais.....	125
4.2.7. Tutela processual: conceito e classificação.....	132
4.3. Ação.....	134
4.3.1. Teorias sobre a ação.....	134
4.3.2. Conceito de ação. A ação como direito ao processo.....	138
4.3.3. “Condições da ação”.....	141
4.3.4. Classificação da ação.....	146
4.4. Jurisdição.....	147
4.4.1. Conceito de atividade jurisdicional.....	147
4.4.2. Características essenciais.....	149
4.4.3. Espécies de jurisdição.....	151
4.4.4. Jurisdição voluntária e contenciosa.....	153
4.4.5. Cooperação judiciária nacional.....	155

CAPÍTULO 5

LIMITES INTERNACIONAIS DA JURISDIÇÃO BRASILEIRA.....	161
5.1. “Competência internacional”.....	161
5.2. Litispendência internacional.....	167
5.3. Cooperação judiciária internacional.....	169

CAPÍTULO 6

COMPETÊNCIA.....	173
6.1. Conceito.....	173
6.2. Critérios de fixação.....	175
6.3. Incompetência absoluta e relativa.....	180
6.4. Causas de modificação.....	181
6.5. Declaração de incompetência.....	185
6.6. Conflito de competência.....	186

CAPÍTULO 7

PLURALIDADE DE PARTES.....	187
7.1. Litisconsórcio.....	187
7.1.1. Classificação do litisconsórcio.....	188

7.1.2. Dinâmica do litisconsórcio	197
7.1.3. Despolarização do processo	199
7.2. Intervenção de terceiros: noções gerais.....	200
7.2.1. Assistência.....	202
7.2.2. Recurso de terceiro	205
7.2.3. Denúnciação da lide	207
7.2.4. Chamamento ao processo.....	215
7.2.5. Intervenção resultante do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	216
7.2.6. Intervenção do <i>amicus curiae</i>	226
7.2.7. Intervenção de terceiros em processo de alimentos.....	231
7.2.8. Intervenções atípicas	234

CAPÍTULO 8

FATOS, ATOS E NEGÓCIOS PROCESSUAIS	235
8.1. Fato, ato e negócio jurídico	235
8.2. Fatos processuais	236
8.3. Atos do processo e atos processuais.....	236
8.3.1. Classificação dos atos processuais	237
8.3.2. Forma dos atos processuais (tempo, lugar e modo dos atos pro- cessuais).....	238
8.3.3. Prazos processuais	240
8.3.4. Inexistência, invalidade e ineficácia dos atos processuais	245
8.3.5. Comunicação dos atos processuais	251
8.3.5.1. Citação	251
8.3.5.2. Intimação	258
8.3.5.3. Cartas	261
8.4. Negócios processuais	262
8.5. Calendário processual	266

CAPÍTULO 9

DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO DE PROCESSOS E VALOR DA CAUSA.....	269
9.1. Distribuição e registro de processos	269
9.2. Conceito e atribuição do valor da causa.....	271
9.3. Critérios legais de determinação do valor da causa.....	271
9.4. Controle do valor da causa.....	273

CAPÍTULO 10

TUTELA PROVISÓRIA	275
10.1. Conceito e espécies	275
10.2. Tutela de urgência não satisfativa (tutela cautelar)	277
10.3. Tutela de urgência satisfativa (tutela antecipada)	292
10.3.1. Estabilização da tutela antecipada	298
10.4. Tutela da evidência satisfativa.....	305
10.5. Tutela da evidência não satisfativa.....	312

CAPÍTULO 11

FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	315
11.1. Formação do processo	315
11.2. Suspensão do processo	318
11.3. Extinção do processo	325

PARTE 2

PROCESSO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO 12

PROCEDIMENTO COMUM.....	329
12.1. Processo de conhecimento e cognição	329
12.2. Conceito e estrutura do procedimento comum	334
12.3. Petição inicial: conceito e requisitos	339
12.3.1. Indeferimento da petição inicial.....	346
12.4. Improcedência liminar do pedido	348
12.5. Despacho liminar positivo e audiência prévia de autocomposição.....	350
12.5.1. Audiência prévia de autocomposição e os meios consensuais de resolução de conflitos	352
12.5.2. Contestação	353
12.5.3. Revelia	358
12.5.4. Reconvencção.....	361
12.6. Providências preliminares.....	365
12.6.1. Especificação de provas.....	365
12.6.2. Réplica	366
12.7. Julgamento conforme o estado do processo	367

12.7.1. Extinção e redução do processo.....	367
12.7.2. Julgamento “antecipado” total ou parcial do mérito	369
12.7.3. Decisão de saneamento e organização do processo	371
12.8. A fase principal (de instrução e julgamento) do procedimento comum.....	373

CAPÍTULO 13

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	375
---	-----

CAPÍTULO 14

DIREITO PROBATÓRIO.....	381
14.1. Teoria geral da prova.....	381
14.1.1. Conceito de prova.....	381
14.1.2. Objeto da prova.....	385
14.1.3. Destinatários da prova	388
14.1.4. Ônus da prova	393
14.1.5. Meios de prova	398
14.1.6. Prova emprestada.....	401
14.2. Demandas probatórias autônomas	402
14.3. Provas em espécie.....	408
14.3.1. Ata notarial	408
14.3.2. Depoimento pessoal	409
14.3.3. Confissão.....	411
14.3.4. Exibição de documento ou coisa	413
14.3.5. Prova documental.....	415
14.3.5.1. Documentos eletrônicos.....	420
14.3.6. Prova testemunhal	420
14.3.7. Prova pericial.....	425
14.3.8. Inspeção judicial	428

CAPÍTULO 15

SENTENÇA	431
15.1. Conceito	431
15.2. Sentenças terminativas e definitivas	433
15.3. Elementos.....	447
15.3.1. Relatório.....	447
15.3.2. Fundamentação.....	448

15.3.3. Dispositivo	456
15.4. Interpretação da sentença	457
15.5. Classificação da sentença definitiva	458
15.6. Capítulos de sentença	466

CAPÍTULO 16

REMESSA NECESSÁRIA.....	471
-------------------------	-----

CAPÍTULO 17

ESTABILIZAÇÃO, PRECLUSÃO E COISA JULGADA.....	475
17.1. Estabilização.....	475
17.2. Preclusão	478
17.3. Coisa julgada.....	482
17.3.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	484
17.3.2. Limites objetivos da coisa julgada	487
17.3.3. Limites subjetivos da coisa julgada.....	493
17.3.4. Coisa julgada nas sentenças determinativas.....	496

CAPÍTULO 18

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	501
18.1. Teoria geral dos procedimentos especiais	501
18.2. Procedimento especial do pagamento por consignação	505
18.2.1. O pagamento por consignação	505
18.2.2. A consignação extrajudicial.....	507
18.2.3. O procedimento judicial do pagamento por consignação (“ação de consignação em pagamento”).....	508
18.3. Procedimento especial de exigência de contas (“ação de exigir contas”)	517
18.4. Procedimento especial de tutela da posse (“ações possessórias”).....	522
18.4.1. Posse e sua proteção processual.....	522
18.4.2. Características das demandas possessórias.....	525
18.4.2.1. Separação entre juízo possessório e juízo petitório	525
18.4.2.2. Fungibilidade.....	528
18.4.3. As demandas possessórias de reintegração e manutenção de posse....	529
18.4.3.1. Procedimento	530
18.4.4. Demanda de interdito proibitório	533
18.4.5. Demandas possessórias coletivas.....	534

18.5. Procedimentos especiais de divisão e demarcação de terras particulares	536
18.5.1. Introdução	536
18.5.2. O procedimento especial de demarcação de terras particulares (“ação demarcatória”)	539
18.5.3. O procedimento especial de demarcação de terras particulares (“ação demarcatória”).....	543
18.6. Procedimento especial de dissolução parcial de sociedade (“ação de dissolu- ção parcial de sociedade”)	546
18.6.1. O procedimento especial do inventário e partilha	548
18.6.2. O procedimento especial de inventário e partilha	550
18.6.2.1. A fase de inventário	554
18.6.2.1.1. Pedido de instauração e nomeação de inven- tariante	554
18.6.2.1.2. O inventariante: conceito e atribuições.....	555
18.6.2.1.3. Primeiras declarações.....	557
18.6.2.1.4. Citações e impugnações.....	557
18.6.2.1.5. Avaliação de bens e últimas declarações	558
18.6.2.1.6. Cálculo do imposto e julgamento do cálculo ...	559
18.6.2.1.7. Colações	559
18.6.2.1.8. Pagamento das dívidas	560
18.6.2.2. A fase de partilha	560
18.6.2.2.1. Pedidos de quinhão e deliberação sobre a par- tilha	560
18.6.2.2.2. Esboço de partilha	561
18.6.2.2.3. Lançamento da partilha nos autos e compro- vação do pagamento do tributo	561
18.6.2.2.4. Sentença	562
18.6.2.2.5. Formal de partilha e certidão de partilha.....	562
18.6.2.3. Partilha	563
18.6.2.4. Arrolamento	564
18.6.2.5. Disposições finais	565
18.7. Procedimento especial dos embargos de terceiro	566
18.7.1. Conceito e função	566
18.7.2. Legitimidade ativa e passiva	569
18.7.3. Competência.....	570
18.7.4. Procedimento	570
18.8. Procedimento especial de oposição	572
18.8.1. Conceito e natureza jurídica.....	572
18.8.2. Procedimento	573

18.9. Procedimento especial de habilitação	575
18.10. Procedimento especial das causas de família (“ações de família”)	577
18.11. Procedimento monitorio (“ação monitoria”)	580
18.11.1. Conceito, estrutura e cabimento	580
18.11.2. Procedimento monitorio	588
18.11.3. Má-fé das partes no procedimento monitorio	594
18.12. Procedimento especial de homologação do penhor legal	594
18.13. Procedimento especial de regulação de avaria grossa	602
18.14. Procedimento especial de restauração de autos	605
18.15. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária	608
18.15.1. Noções gerais e procedimento comum da jurisdição voluntária	608
18.15.2. Notificação e interpelação	610
18.15.3. Alienação judicial	612
18.15.4. Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável, alteração de regime de bens do matrimônio	613
18.15.5. Cumprimento de testamentos e codicilos	616
18.15.6. Arrecadação de herança jacente	618
18.15.7. Arrecadação de bens dos ausentes	622
18.15.8. Arrecadação de coisas vagas	624
18.15.9. Interdição	626
18.15.10. Tutela e curatela	633
18.15.11. Organização e fiscalização das fundações	633
18.15.12. Ratificação dos protestos marítimos e processos testemunháveis formados a bordo	635

PARTE 3

EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

CAPÍTULO 19

TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO	639
19.1. Execução em geral	639
19.2. Partes no procedimento executivo	646
19.3. Competência	649
19.4. Requisitos da execução	652
19.4.1. Título executivo	652
19.4.2. Títulos executivos extrajudiciais	664
19.5. Responsabilidade patrimonial	675

19.5.1. Alienações e onerações fraudulentas	678
19.5.2. Bens impenhoráveis.....	688

CAPÍTULO 20

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	697
-----------------------------	-----

CAPÍTULO 21

PROCESSO DE EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL.....	705
21.1. Introdução e disposições gerais.....	705
21.2. Execução para entrega de coisa.....	707
21.3. Execução das obrigações de fazer e de não fazer	712
21.4. Execução por quantia certa.....	716
21.4.1. Disposições gerais e ajuizamento da execução	716
21.4.2. Citação e arresto.....	718
21.4.3. Penhora, depósito e avaliação	721
21.4.3.1. Modificações da penhora.....	725
21.4.3.2. Penhora de dinheiro.....	726
21.4.3.3. Penhora de créditos	727
21.4.3.4. Penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas....	728
21.4.3.5. Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes.....	729
21.4.3.6. Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	730
21.4.3.7. Penhora de frutos e rendimentos de bens	731
21.4.4. Avaliação dos bens penhorados.....	731
21.4.5. Expropriação dos bens penhorados	733
21.4.5.1. Adjudicação.....	734
21.4.5.2. Alienação	737
21.4.5.3. Apropriação de frutos e rendimentos	743
21.4.5.4. Satisfação do crédito	744
21.5. Execução contra a Fazenda Pública.....	746
21.6. Execução de alimentos	747

CAPÍTULO 22

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	749
22.1. Introdução e disposições gerais.....	749
22.2. Cumprimento de sentença no caso de obrigação pecuniária.....	751

22.2.1. Cumprimento provisório.....	751
22.2.2. Cumprimento definitivo.....	754
22.2.3. Cumprimento de sentença no caso de prestação alimentícia.....	756
22.2.4. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	759
22.3. Cumprimento de sentença nos casos de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa.....	761

CAPÍTULO 23

DEFESAS DO EXECUTADO	769
23.1. Embargos do executado	769
23.2. Impugnação ao cumprimento de sentença.....	779
23.3. Objeção de não executividade (“exceção de pré-executividade”).....	786

CAPÍTULO 24

SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO.....	789
24.1. Suspensão.....	789
24.2. Extinção.....	793

PARTE 4 PROCESSO NOS TRIBUNAIS

CAPÍTULO 25

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PAPEL DOS TRIBUNAIS	797
--	-----

CAPÍTULO 26

ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	803
26.1. Poderes do relator.....	816

CAPÍTULO 27

INCIDENTES DE FORMAÇÃO CONCENTRADA DE PADRÕES DECISÓRIOS VINCULANTES	821
27.1. Considerações gerais.....	821
27.2. O incidente de resolução de demandas repetitivas.....	822
27.3. O incidente de assunção de competência	833

27.4. Outros mecanismos de formação concentrada de precedentes e de enunciados de súmula	836
CAPÍTULO 28	
INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	841
CAPÍTULO 29	
INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE COMPETÊNCIA.....	845
CAPÍTULO 30	
HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DE <i>EXEQUATUR</i> A CARTA ROGATÓRIA.....	849
CAPÍTULO 31	
AÇÃO RESCISÓRIA	855
31.1. Conceito e cabimento	855
31.2. Competência	863
31.3. Legitimidade	867
31.4. Procedimento.....	871
31.5. Decadência do direito à rescisão	876
31.6. A demanda anulatória (“ação anulatória”).....	880
CAPÍTULO 32	
RECLAMAÇÃO.....	883
CAPÍTULO 33	
RECURSOS.....	893
33.1. Teoria geral dos recursos.....	893
33.1.1. Conceito.....	893
33.1.2. Classificação	898
33.1.3. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	902
33.1.3.1. Requisitos de admissibilidade dos recursos	904
33.1.3.1.1. Condições do recurso.....	906
33.1.3.1.2. Pressupostos recursais.....	909
33.1.3.1.3. Impedimentos recursais.....	912

33.1.4. Efeitos dos recursos	914
33.1.4.1. Efeitos da interposição	914
33.1.4.2. Efeitos do julgamento.....	918
33.2. Recursos em espécie	919
33.2.1. Agravo de instrumento	919
33.2.2. Apelação.....	933
33.2.3. Agravo interno	946
33.2.4. Embargos de declaração.....	947
33.2.5. Recurso ordinário constitucional	953
33.2.6. Recurso extraordinário e recurso especial	956
33.2.6.1. Julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos	969
33.2.7. Agravo em recurso extraordinário ou em recurso especial	976
33.2.8. Embargos de divergência	978